

Inquérito Civil n. 06.2018.00004802-1

## TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotora de Justiça signatário, de um lado, doravante denominado **COMPROMITENTE** e de outro, **LUCIANE BOSIO LOPES** (CPF n. 712.041.309-06), doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2018.00004802-1, ora em tramitação na 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brusque, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar n. 738/2019 (Consolida as Leis que Instituem a Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina), e:

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB-88);

**CONSIDERANDO** que, por disposição do art. 129, inc. III, da CRFB-88, o Ministério Público é o órgão encarregado de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos;

**CONSIDERANDO** que *"todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"*, consoante dita o art. 225, *caput*, da CRFB/88;

**CONSIDERANDO** a função socioambiental da propriedade prevista nos arts. 5º, inc. XXIII; 170, inc. VI; 182, § 2º; 186, inc. II; e 225, todos da CRFB-88, e os princípios jurídicos da prevenção, da precaução e do poluidor pagador;

**CONSIDERANDO** que o dever de recuperar o dano ambiental é uma obrigação *propter rem*, ou seja, está vinculada a propriedade, independentemente do proprietário;

**CONSIDERANDO** o objetivo maior da Política Nacional do Meio Ambiente que é compatibilizar o desenvolvimento sócioeconômico com o equilíbrio ambiental essencial à sadia qualidade de vida;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 3º, inciso II, da Lei n. 12.651/2012, que considera como área de preservação permanente área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

**CONSIDERANDO** que restou constatada, após diligências da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, conduta lesiva ao meio ambiente efetivada por Adilson Lopes no imóvel situado na Estrada Geral, Águas Negras, Bairro Salto, Botuverá/SC, consistente em intervenções em área de preservação permanente, em razão da construção de edificações, tudo isso conforme Auto de Infração Ambiental n. 02/2017, Termo de Embargo n. 02/2017 e Relatório de Fiscalização n. 02;

## **RESOLVEM**

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

### **1. DO OBJETO:**

**Cláusula 1ª:** Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a reparação do dano ambiental causado em Área de Preservação Permanente – APP, em imóvel situado na Estrada Geral Águas Negras, Bairro Salto, Botuverá/SC, de posse de Luciane Bosio Lopes, conforme Auto de Infração Ambiental n. 02/2017, Termo de Embargo n. 02/2017 e Relatório de Fiscalização n. 02.

### **2. DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA:**

**Cláusula 2ª:** A Compromissária compromete-se, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do presente TAC, na obrigação de fazer

consistente em apresentar Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD ao Órgão Ambiental Competente, devendo conter no mínimo: recuperação integral da Área de Preservação Permanente (Auto de Infração Ambiental n. 02/2017), com a recuperação do solo degradado e plantio de vegetação nativa a fim de que ofereçam capacidade necessária para a regeneração natural, devendo-se efetivar o isolamento da área com cerceamento.

**Parágrafo primeiro:** Em 5 (cinco) dias contados do protocolo do pedido perante o Órgão, a Compromissária fará a devida comprovação perante a 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brusque, o qual será juntado no Procedimento Administrativo a ser instaurado para acompanhamento deste acordo.

**Parágrafo segundo:** Durante a tramitação do processo de aprovação do PRAD no Órgão ambiental, a Compromissária apresentará na 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brusque, trimestralmente, informações sobre o andamento do processo administrativo.

**Cláusula 3ª:** A Compromissária assume, também, a obrigação de fazer consistente em providenciar as devidas alterações no PRAD, caso indeferido pelo Órgão Ambiental, sujeitando-o novamente à apreciação da Autoridade Administrativa, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da ciência do respectivo indeferimento.

**Parágrafo único:** Para fixação da extensão da área de preservação permanente a ser recuperada, é lícito à Compromissária valer-se das disposições da legislação ambiental vigente, com requerimento para análise pelo órgão de licenciamento ambiental da consolidação da área urbana em questão, devendo, para tanto, apresentar ao Município toda a documentação e estudos exigidos para referida verificação, incluindo estudo técnico socioambiental, ocasião em que a faixa de proteção poderá ser reduzida até 15 (quinze) metros de distância do córrego inominado.

**Cláusula 4ª:** A Compromissária assume a obrigação de fazer consistente em executar o PRAD aprovado, garantindo todas as medidas, obras e atividades necessárias para realizar a recuperação integral da área na forma aprovada pelo Órgão Ambiental, empenhando-se para que toda a recuperação seja realizada conforme cronograma aprovado pelo referido órgão.

**Parágrafo primeiro:** O PRAD deverá ser executado no prazo e nos moldes fixados pelo Órgão, devendo todo o processo ser realizado e acompanhado por profissional técnico habilitado.

**Parágrafo segundo:** Em 5 (cinco) dias contados da ciência da aprovação do projeto pelo Órgão Ambiental, a Compromissária cientificará a 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brusque, encaminhando-se fotocópia da licença expedida pelo Órgão Ambiental.

**Parágrafo terceiro:** A Compromissária apresentará na 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brusque, trimestralmente, ilustração fotográfica e relatório técnico, demonstrando a execução do PRAD na área degradada, a sua eficiência e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

**Cláusula 5ª:** A Compromissária, no prazo de 10 (dez) dias após a conclusão da execução do projeto, comprovará a integral implementação do PRAD e a recuperação do dano ambiental.

### **3. DA MEDIDA COMPENSATÓRIA:**

**Cláusula 6ª:** A Compromissária, como medida compensatória pelos danos provocados aos direitos tutelados pelo presente instrumento, compromete-se, ainda, a realizar o pagamento de R\$ 1.000,00 (um mil reais), em quatro parcelas de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) cada, ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina - FRBL (art. 8º do Assento N. 001/2013/CSMP), criado pela Lei Estadual n. 15.694/11, sendo a primeira no prazo de 60 (sessenta) dias e as demais a cada 30 (trintas) dias.

### **4. DO DESCUMPRIMENTO:**

**Cláusula 7ª:** O descumprimento ou violação de qualquer dos compromissos assumidos implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa diária no importe de R\$ 500,00 (quinhentos reais), exigível enquanto durar a violação, cujo valor será atualizado de acordo com índice oficial, desde o dia de cada prática infracional até efetivo desembolso. A multa será recolhida ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina.

**Parágrafo único:** Além do pagamento da multa, o descumprimento

ou violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará a execução do presente termo de compromisso de ajustamento de conduta, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público.

## **5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**Cláusula 8ª:** O Ministério Público compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial cível relacionada ao convencionado no presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta contra os compromissários, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

**Cláusula 9ª:** As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**Cláusula 10:** Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

**Cláusula 11:** A Compromissária disporá de **05 (cinco) dias após o vencimento das obrigações previstas nas cláusulas anteriores para comprovar, perante a 6ª Promotoria de Justiça de Brusque, o cumprimento delas.**

**Cláusula 12:** O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

## **6. DO ARQUIVAMENTO:**

Diante da celebração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, o Ministério Público, com fundamento no artigo 48, inciso II, do Ato n. 00395/2018/PGJ, arquiva o **Inquérito Civil n. 06.2018.00004802-1** e comunica o

arquivamento, neste ato, à Compromissária salientando que, caso não concorde com o arquivamento efetuado, poderá apresentar razões escritas ou documentos para apreciação do Conselho Superior do Ministério Público até a sessão de julgamento, conforme estabelecido pelo artigo 50 do Ato n. 00395/2018/PGJ.

Brusque, 20 de setembro de 2021.

[assinado digitalmente]

**Leonardo Silveira de Souza**  
**Promotor de Justiça**  
Compromitente

**LUCIANE BOSIO LOPES**  
Compromissária

Testemunhas:

Jeã Hadel de Araújo  
Assistente de Promotoria de Justiça

Maurício de Souza  
Estagiário de Pós-Graduação